

País rejeita opção de bancos credores

Governo não aceita pagar 60% da dívida externa sem desconto de 35%, como querem bancos

BEATRIZ ABREU
e MARTA SALOMON

BRASÍLIA — O governo brasileiro considera inaceitável e o Senado não vai aprovar os termos definitivos do acordo de renegociação da dívida externa, se o País for obrigado a pagar a maior parte da dívida sem desconto. Esta é a posição que o negociador brasileiro, Pedro Malan, apresentará aos banqueiros internacionais durante reunião no dia 29 em Hamburgo, na Alemanha, revelou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), após conversa com Malan. Os bancos aderiram ao acordo de renegociação no dia 15, mas querem que 60% da dívida renegociada, ou US\$ 26,4 bilhões, sejam pagos sem o desconto de 35% oferecido pelo Brasil.

Comunicado — O presidente do comitê assessor dos bancos, William Rhodes, foi o primeiro a tomar conhecimento da posição brasileira. Na terça-feira, conversou com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e pôde antecipar a posição de pelo menos um banco: o Citibank, o maior credor individual do País (tem créditos de US\$ 2,5 bilhões), prometeu que

vai rever suas opções. O Citibank queria que 30% do seu crédito com o Brasil fossem pagos sem desconto e o ministro não concordou.

O ministro Eliseu Resende encaminhou ontem à comunidade financeira internacional um comunicado em que deixa clara a posição do governo brasileiro. No comunicado, o ministro relembra aos banqueiros o compromisso de que não pode haver uma concentração em uma das opções de pagamento. Resende alerta que a definição do equilíbrio entre as sete alternativas permitirá ao País calcular qual o volume de recursos que vai economizar com a redução do estoque da dívida, bem como o que será necessário para a compra das garantias.

Custo adicional — Resende, segundo Malan, acredita que os bancos vão rever suas posições espontaneamente. O assunto é polêmico e envolve o Senado, que dará a palavra final sobre as opções dos bancos credores para o pagamento dos US\$ 44 bilhões renegociados. Suplicy fez as contas e chegou à conclusão de que, se prevalecer o pagamento sem desconto, o Brasil terá um

Os passos da negociação

- 9/julho/1992 — O plano foi anunciado à CFI (Corporação Financeira Internacional).
- 29/dezembro/1992 — Data de aprovação do Plano de Financiamento de 1992, pelo Senado brasileiro (a data da aprovação).
- 22/fevereiro/1993 — Data final de negociação e último prazo para apresentação de um telex de compromisso e desistências.
- 15/março/1993 — Último prazo para a ocorrência da data de compromisso com a massa crítica para o pagamento de 10% dos juros contratuais de 1992 anteriores ao acordo.
- 25/março/1993 — Último prazo para apresentação de prazos suplementares.
- 31/julho/1993 — Último prazo de encerramento (ou 30 de novembro de 1993, se prorrogado por 66, ou seja, 2/3% dos fornecedores dos empréstimos).

custo adicional de cerca de US\$ 10 bilhões. O custo será maior, porque o País desembolsará maior volume de recursos para comprar os títulos do governo norte-americano, que vão constituir as garantias do pagamento final da dívida no prazo de 30 anos.

Malan seguiu ontem para Hamburgo, para a fase decisiva de negociação que definirá de que forma a dívida será paga. "Trata-se de uma rodada de negociações", disse. "Os bancos sabem que não é possí-

vel concentrar o pagamento em apenas uma opção. Isto está na term sheet (termos do contrato)." O governo brasileiro quer que os 850 bancos credores respeitem os termos do acordo, que prevê um equilíbrio entre as sete opções de pagamento. A primeira opção é o chamado bônus ao par, que prevê o pagamento do débito em 30 anos, com juros flutuantes até o sétimo ano do pagamento. Outra hipótese é o bônus de desconto, que abate a dívida em 35%.